Missões diplomáticas portuguesas em Viena de Áustria nos fins do século XVII*

Luís Ferrand de ALMEIDA

Univ. Coimbra – C.H.S.C.

1. Numa obra sobre Portugal redigida e publicada ao findar o século XVII, um autor inglês observava que só nos últimos anos tinha havido contactos entre as cortes de Lisboa e de Viena, anteriormente inexistentes ou reduzidos a bem pouco. Via a razão desse afastamento no triste episódio do infante D. Duarte, irmão do duque de Bragança, depois rei D. João IV. Após ter servido o imperador Fernando III na guerra contra os Suecos e seus aliados durante alguns anos, D. Duarte veio a ser preso quando se verificou a restauração portuguesa de 1640 e depois vendido aos Espanhóis, que o encerraram no castelo de Milão, onde permaneceu até à morte, em 1649¹.

Este caso e a prolongada guerra em que Portugal defendeu, contra a

* Comunicação apresentada em sessão da Academia Portuguesa da História (8-Novembro-2000). Publica-se nesta revista com autorização da Academia.

Siglas utilizadas: BA – Biblioteca da Ajuda; BAC – Biblioteca da Academia das Ciências; BGUC – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; TT – Torre do Tombo; MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros.

¹ *Relation de la Cour de Portugal sous D. Pedre II a present regnant (...)*, trad., Amsterdão, 1702, pp. 431-432. Embora publicada anonimamente, sabe-se que o autor é o inglês John Colbatch, capelão da feitoria britânica de Lisboa durante sete anos, em fins do século XVII (E. Prestage, *Portugal and The War of the Spanish Succession. A Bibliography with some Diplomatic Documents*, Cambridge, 1938, p. VII).

Espanha, a independência recuperada (1640-1668) tornaram impossível, por muito tempo, a normalização das relações entre Lisboa e Viena. Nem sequer a paz com o país vizinho (1668) veio alterar de modo sensível esta situação, dado que o relacionamento entre os dois Estados peninsulares não seguiu, desde logo, um caminho fácil, não faltando, nos primeiros anos, desconfianças e incidentes perturbadores.

Com a pacificação europeia dos tratados de Nimega (1678-1679), que puseram fim à chamada guerra da Holanda, - pacificação em que empenhara grandes esforços o papa Inocêncio XI, pôde este alimentar a esperança de ver os príncipes cristãos unirem-se contra os Turcos. É sabido que este pontífice - o mais notável do século XVII - tinha feito da luta contra o perigo otomano uma das maiores preocupações da sua vida e do seu governo. Segundo o seu projecto, devia ser constituída uma aliança entre os países mais directamente ameaçados, enquanto os outros se limitariam a auxiliar com armas ou dinheiro.

Nesse sentido Inocêncio XI fez desenvolver uma intensa actividade diplomática nas capitais europeias e, dando o exemplo do que pregava, enviou ele próprio, durante o seu pontificado, importantes ajudas financeiras ao Imperador, à Polónia e a Veneza. E precisamente o perigo turco é que viria em breve a constituir um factor de aproximação entre Portugal e a Áustria.

2. Após um período de crises internas, com o conseqüente enfraquecimento do poder central e a desordem administrativa, o império otomano beneficiou, no terceiro quartel do século XVII, de vinte anos de estabilidade, assegurada por dois enérgicos grão-vizires da família Köprülü, de origem albanesa, que ocuparam sucessivamente o cargo (1656-1676). À restauração da autoridade interna correspondeu, no plano exterior, uma política de restabelecimento do prestígio e da preponderância militar, que não tardaria a transformar-se em temerosa ameaça para a Europa central. Abriu-lhe caminho o problema húngaro.

Arquidukes da Áustria e senhores dos outros «países hereditários», os

príncipes da casa de Habsburgo eram também, no século XVII, imperadores do Sacro Império Romano-Germânico e reis da Boémia e da Hungria, esta reduzida à chamada Hungria real, pois a maior parte do território estava ocupada pelos Turcos desde o século XVI. As relações entre o soberano austríaco e os súbditos magiares tinham sido frequentemente difíceis, acabando por fim em revolta aberta, que, prolongada no tempo, veio a causar grandes embaraços à corte de Viena.

Os progressos da insurreição na Hungria real suscitaram uma crescente intervenção turca nesta região, colocada praticamente, desde 1682, sob protecção otomana. Por influência da política guerreira do grão-vizir Kara Mustafá, e aproveitando o momento favorável, empreenderam os Turcos a grande ofensiva do verão de 1683, e, desde 14 de Julho, Viena ficou cercada por um poderoso exército, que os historiadores modernos calculam de 100.000 a 140.000 combatentes. “A mais importante campanha da história turca tinha começado”, no dizer de um estudioso desta nacionalidade², e, com ela, um período de grave preocupação para o mundo cristão.

Já vimos que, desde a paz de Nimega, a diplomacia pontifícia actuou no sentido de organizar uma liga anti-otomana, mas as negociações arrastaram-se por algum tempo sem resultado. Até que em 1682 os preparativos militares turcos e o apoio aos rebeldes húngaros alarmaram Viena e Varsóvia e levaram-nas a assinar o tratado de aliança de 31-Março-1683, para o qual muito contribuiu Inocêncio XI através dos seus nuncios.

A acção do Papa ia adquirir agora uma amplitude e intensidade ainda maiores, desenvolvendo-se em vários planos, inclusive no auxílio financeiro ao Imperador e a João Sobieski, rei da Polónia, tendo em vista a preparação dos seus exércitos. Para além das quantias que ele próprio ofereceu, Inocêncio XI promoveu ou autorizou contribuições extraordinárias do clero austríaco, polaco, bávaro e italiano. Aos donativos voluntários de cardeais e bispos de vários países juntaram-se os subsídios de príncipes e repú-

² A. N. Kurat, *The Ottoman Empire under Mehmed IV*, in *The New Cambridge Modern History*, vol. V, dirig. por F. L. Carsten, Cambridge, 1961, p. 513.

blicas da Itália e também de Portugal. Correspondendo à solicitação pontificia, o regente D. Pedro concedeu uma ajuda de 100.000 cruzados, lamentando que as dificuldades financeiras não lhe permitissem oferecer mais.

Entretanto concretizava-se a ameaça turca sobre Viena. Cercada desde 14-Julho, a cidade resistiu durante perto de dois meses ao bombardeamento e aos assaltos do inimigo. Mas ao começar o mês de Setembro, com as largas brechas abertas nas muralhas e a guarnição reduzida a uns 4.000 homens válidos, a queda da praça parecia iminente. Salvou-a do desastre, no dia 12, uma coligação de forças polacas, austríacas e alemãs, sob o comando supremo de João Sobieski. Após uma dura batalha de muitas horas, os Turcos, derrotados, retiraram para a Hungria. Com razão se tem dito que esta vitória “conta entre as datas importantes da história da Europa”; com ela se iniciava “o declínio irremediável do poder otomano”³.

3. As novas deste êxito militar não tardaram a difundir-se e a ser recebidas jubilosamente nos países cristãos. Portugal, naturalmente, não foi excepção, pois o que se estimava acima de tudo – no dizer do secretário de Estado D. Fr. Manuel Pereira – eram “os bons sucessos da Cristandade e o abatimento do Turco, inimigo comum”.

D. Pedro II (já rei, por morte de D. Afonso VI na própria data da batalha) seguiu com o maior interesse os acontecimentos da Europa central e resolveu mandar um enviado a Sobieski, a felicitá-lo pelas suas vitórias e a levar-lhe uma espada guarnecida de diamantes.

Para esta função foi nomeado Francisco Pereira da Silva, que partiu por mar, já em 1684. Desembarcando em Génova, atravessou o norte da Itália e penetrou na Áustria, onde se demorou cerca de quatro meses, por motivo de doença. Chegou a Viena a 14 de Dezembro e só no ano seguinte

³ J. Bérenger, *Finances et absolutisme autrichien dans la seconde moitié du XVIIe siècle*, Paris, 1975, p. 76.

pôde efectuar na Polónia a missão de que fora incumbido.

Para além dos objectivos desta viagem ostensivamente manifestados, houve quem lhe atribuisse outros, de natureza reservada. É sabido que do seu primeiro matrimónio, com D. Maria Francisca de Sabóia, D. Pedro II tivera apenas uma filha, D. Isabel, durante bastantes anos única herdeira da coroa. Compreende-se que o problema da sucessão preocupasse os meios políticos portugueses; daí que o casamento da infanta se tornasse uma questão de importância nacional, com óbvias repercussões internacionais. Não faltaram os pretendentes e as negociações, mas D. Isabel continuava solteira quando morreu sua mãe, ao findar o ano de 1683. Facto duplamente importante, porque, com este desaparecimento, Luís XIV perdia o principal instrumento da sua influência em Lisboa e D. Pedro II ficava livre para um novo casamento, desde logo sugerido.

Ora, foi nestas circunstâncias que, entre os nomes de princesas lembrados em Lisboa, com vista a uma possível escolha do monarca português, apareceu o da arquiduquesa Maria Antónia, filha do primeiro matrimónio do imperador Leopoldo I. A propósito da partida de Francisco Pereira da Silva para a Polónia, o enviado espanhol na corte portuguesa, D. Francisco Dávalos, considerava como verdadeiro motivo da viagem uma *inspecção ocular* da pessoa da arquiduquesa à passagem por Viena, pois constava que sofria de alguns pequenos defeitos físicos.

Não sabemos se a referida *inspecção* foi ou não efectuada, mas é indubitável que a princesa austríaca esteve na mira do governo português. Confirma-o a missão de que foi encarregado, “com muito segredo”, António de Freitas Branco, desembargador da Casa da Suplicação.

Tendo partido por mar em Abril de 1685, alcançou Amsterdão em Junho, e, depois de obter créditos para a jornada, entrou na Alemanha e tomou o caminho de Viena de Áustria. Ao chegar a Ratisbona teve, porém, notícia certa de que já estava marcada data para o casamento da arquiduquesa Maria Antónia com o duque da Baviera, Maximiliano Manuel. Com essa união, no dizer de um documento, “se desvanecia a comissão da corte de Viena”, para a qual Freitas Branco dispunha, significativamen-

te, de uma carta credencial destinada ao Imperador.

Falhada a solução austríaca, Freitas Branco seguiu de Ratisbona para Munique e daí para Neuburg, onde veio a fixar a atenção na princesa Maria Sofia, filha de Filipe Guilherme, duque de Neuburg e, desde há pouco, Eleitor Palatino do Reno.

Enquanto informava, certamente, a sua corte e aguardava uma decisão, viajou largamente pelo sul da Alemanha e pelo norte e centro da Itália, dirigindo-se, depois, à Áustria, com a ideia de alcançar Viena. O duque de Neuburg, tinha-lhe dado cartas para o Imperador, seu genro, e para a Imperatriz, sua filha, a quem já anteriormente escrevera, e em tais termos que um amigo vienense incitou o viajante português a apressar a jornada, pois as Majestades imperiais o esperavam com alvoroço, tencionando fazer-lhe grandes honras.

Reflectindo sobre esta notícia, pareceu a Freitas Branco que não era contra o serviço do seu rei aceitar tais honras, pois “de algum modo satisfaziam a Portugal parte da queixa da prisão” do infante D. Duarte, mas a corte portuguesa, consultada, opôs-se ao projecto, por motivos que não são hoje claros para nós. Quando já se encontrava em Linz, o agente de D. Pedro II desistiu da jornada de Viena e regressou à Alemanha, dirigindo-se a Heidelberg, onde a sua chegada foi muito festejada pelo Eleitor Palatino. Ainda em 1686 ficou ajustado o casamento do Rei de Portugal com a princesa Maria Sofia, acontecimento a cuja importância política voltaremos a referir-nos.

4. Entretanto, a guerra turca não tinha terminado, e, apesar da pressão de Luís XIV a ocidente, no sentido de obter o reconhecimento das chamadas “reuniões”, o governo imperial acabou por dar prioridade à exploração militar dos êxitos conseguidos contra os Otomanos.

Para este resultado ia ser fundamental, mais uma vez, o papel de Inocêncio XI, nas negociações e nos apoios financeiros que tornaram possível o alargamento da coligação cristã e o prosseguimento da guerra.

A 5-Março-1684 era assinada, sob os auspícios do Papa, a *Santa Liga* ou *Liga Sagrada*, entre o Imperador, a Polónia e Veneza, que se obrigavam a combater exclusivamente os Turcos e a não fazer paz separada.

Todos os príncipes da Cristandade eram convidados a colaborar e o núncio Marcelo Durazzo transmitiu a D. Pedro II a esperança do Papa numa participação da armada portuguesa. O monarca manifestou boa vontade, mas sem assumir qualquer compromisso. Segundo informações obtidas pelo núncio, a corte estava ainda descontente com o Imperador por causa da prisão do infante D. Duarte, entendendo que ele devia, ao menos, exprimir de algum modo a sua estima. Entre Lisboa e Viena continuava, portanto, a haver dificuldades.

Apesar de não se ter então concretizado o apoio naval à Liga Sagrada, Portugal ainda tomou parte na guerra, embora de uma forma que podemos considerar simbólica. Precisamente na altura em que era solicitado o auxílio português, D. Pedro II enviava à Polónia uma missão militar composta de seis oficiais, encarregados de se instruírem, pela experiência, na arte da guerra. Da Polónia passaram à Áustria e à Hungria, onde participaram em algumas operações na campanha de 1685, voltando à pátria no ano seguinte. Outros portugueses nos aparecem ainda, como voluntários, nos campos de batalha da Europa central.

Se estes acontecimentos contribuíram para estabelecer alguns contactos entre Portugal e a Áustria, nem por isso desfizeram a barreira de ressentimento que, desde 1640, separava as duas cortes. Ela iria ser ultrapassada por outro caminho⁴.

5. Algumas décadas mais tarde, ao fazer a história do reinado de D. Pedro II, escreveu D. António Caetano de Sousa que “com o Emperador

⁴ Sobre os assuntos tratados até aqui ver o nosso estudo intitulado *Portugal, a Áustria e os Turcos nos fins do século XVII*, Coimbra, 1996 (Sep. de *Fragmentos de um Diálogo. Estudos Portugueses sobre Temas Austríacos*, coord. de Idalina Aguiar de Melo, Coimbra, 1996) e a bibliografia nele citada.

se estreitarão os vínculos pelo casamento del-Rey com a irmã da Emperatriz Leonor”⁵.

Realmente, falhada a hipótese da arquiduquesa Maria Antónia, a missão de António de Freitas Branco levou D. Pedro II, como vimos, a escolher para esposa a princesa Maria Sofia de Neuburg, filha do Eleitor Palatino Filipe Guilherme.

O tratado matrimonial foi negociado em 1687 pelo embaixador extraordinário Manuel Teles da Silva, conde de Vilar Maior, em cuja instrução se recomendava, significativamente: “Com os Ministros do Imperador haveis de ter toda a boa correspondência, insinuando-lhes que eu a desejo ter com elle”⁶. Sabemos por outra fonte que o Eleitor garantiu ao conde a boa vontade do Imperador para com o monarca português⁷.

Por outro lado, é natural que a nova rainha de Portugal, mesmo sem intervir constantemente na política, como a sua antecessora, tenha procurado melhorar as relações entre as duas cortes; não lhe faltariam para isso motivos familiares, visto ser cunhada do Imperador, e também políticos, sobretudo a invasão e devastação do Palatinado pelos exércitos de Luís XIV. Desde a sua chegada a Lisboa ela terá feito o possível para levar o Rei, seu marido, a enviar um embaixador a Viena⁸. No mesmo sentido iria pesar a própria evolução da política europeia.

A tregua de Ratisbona, que em 1684 tinha deixado provisoriamente à França as “reuniões” obtidas após a paz de Nimega, não impediu que nos anos seguintes se acumulassem os motivos de tensão e de conflito entre Luís XIV e os seus vizinhos, do que resultou a formação da aliança defensiva denominada liga de Augsburgo (1686), entre o Imperador, o rei de

⁵ *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, t. VII, Lisboa, 1740, p. 691.

⁶ Eduardo Brazão, *O casamento de D. Pedro II com a princesa de Neuburg (Documentos diplomáticos)*, Coimbra, 1936, p. 23.

⁷ *Instrução do Embaixador do Imperio o Marquez Principe Senescal* (Lisboa, 2-10-1694) – BA: Ms. 51-IX-8, fl. 373.

⁸ *Recueil des instructions données aux ambassadeurs et ministres de France(...)*, t. III (Portugal), com introd. e notas do visconde de Caix de Saint-Aymour, Paris, 1886, pp. 194 e 202; *Instrução do Embaixador do Imperio*, cit., fls. 373-373v.

Espanha e vários príncipes alemães. Querendo antecipar-se a um possível ataque, o monarca francês mandou cercar Filipesburgo e invadir o Palatinado. Pouco depois enfrentava uma vasta coligação de que faziam parte o Império germânico, as Províncias Unidas, a Inglaterra, a Espanha e a Sabóia.

A guerra da liga de Augsburg arrastou-se por nove anos, com dificuldades crescentes para as potências envolvidas, que compreenderam, por fim, ser muito difícil obter uma decisão militar. Portugal, embora solicitado para participar na luta, manteve a sua neutralidade, o que fez surgir a ideia de que poderia desempenhar um papel pacificador. Já o admitia, em 1692, o governo francês e o projecto de uma possível mediação foi depois ganhando consistência nos meios políticos portugueses, até que, em 1694, D. Pedro II nomeou embaixadores para as cortes de Paris e Viena, que foram, respectivamente, D. Luís Álvares de Castro, marquês de Cascais, e Carlos José de Ligne, príncipe senescal de Ligne e 2º marquês de Arronches⁹.

6. Como é da missão deste último que temos de nos ocupar, importa ver, antes de mais, quem era este nobre de origem flamenga integrado na sociedade portuguesa. Nascido nos Países Baixos espanhóis em 1661, Carlos José de Ligne foi o terceiro filho de Cláudio Lamoral, príncipe de Ligne, grande de Espanha de 1ª classe, que tinha ocupado importantes cargos políticos e militares na Flandres e na Itália. A este país o acompanhou o filho Carlos José, que fez a sua educação e estudos em Milão e no colégio dos nobres de Parma.

A vinda para Portugal, em 1684, está directamente relacionada com o seu casamento, celebrado nesse ano em Lisboa, com D. Mariana de Sousa, herdeira única da casa de Sousa e marquesa de Arronches, neta do

⁹ Visconde de Santarém, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal(...)*, tomo IV, parte II, Paris, 1844, pp. CCCXLIV, CCCLI-CCCLII, 728; *Descriptive List of the State Papers Portugal 1661-1780 in the Public Record Office London*, organiz. por C. R. Boxer, vol. I, Lisboa, 1979, pp. 250-251, 254.

3º conde de Miranda e 1º marquês de Arronches, Henrique de Sousa Tavares, e sobrinha-neta de D. Luís de Sousa, arcebispo de Lisboa e futuro cardeal.

Carlos José de Ligne parece ter-se integrado sem dificuldade na vida social e cultural da corte, e – no dizer de D. António Caetano de Sousa – fez-se em pouco tempo tão eloquente na língua portuguesa como o era nas outras a que se tinha aplicado. Sabemos que foi membro da Academia dos Generosos e, muito ao gosto da época, escreveu obras de carácter panegírico sobre D. Pedro II e o seu casamento com D. Maria Sofia de Neuburg, além de um chamado *Diário*, com notícias dos anos 1692-93¹⁰.

A nomeação do marquês de Arronches não foi pacífica, segundo informam as *Memórias Históricas* do 1º conde de Povolide (Tristão da Cunha de Ataíde), publicadas há alguns anos. Fizeram-lhe oposição no Conselho de Estado personagens tão importantes como o duque de Cadaval e o marquês de Alegrete, mas acabou por pesar mais a influência do arcebispo D. Luís de Sousa e do secretário de Estado Mendo de Foios Pereira, apoiados pela rainha D. Maria Sofia¹¹.

Não sabemos se por simples coincidência, publicava-se nesse mesmo ano de 1694, em Paris e em idioma castelhano, o *Theatro Historico, Genealogico, y Panegyrico: erigido a la Inmortalidad de la Excelentissima Casa de Sousa*, da autoria de Manuel de Sousa Moreira, que o dedicava “al Excelentissimo Señor Carlos Joseph de Ligne, Marques de Arronches”. Essa extensa história genealógica da Casa de Sousa termina com as biografias de D. Mariana de Sousa e de seu marido, a quem o autor chama “excelso Joven”, não menos conhecido pelos seus méritos que pela sua grandeza na Europa. E nas linhas finais alude à jornada que ele brevemente fará para o Império, com “el preclarissimo character” de embaixador extraordinário do Rei de Portugal¹².

¹⁰ D. António C. de Sousa, *op. cit.*, tomo XII, parte I, Lisboa, 1747, pp. 555-561.

¹¹ *Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V. Memórias Históricas de Tristão da Cunha de Ataíde, 1º Conde de Povolide*, introdução de A. Vasconcelos de Saldanha e Carmen Radulet, Lisboa, s.d., p. 133.

¹² Manuel de Sousa Moreira, *op. cit.*, pp. 975-986.

A instrução que recebeu para esta missão está datada de 2-Outubro-1694, mas é provável que só tenha partido no ano seguinte. Estamos mal informados sobre a viagem, que no entanto sabemos ter sido demorada e penosa¹³.

Tendo chegado a Viena, com o seu séquito, em 16-Novembro-1695, o marquês de Arronches alojou-se, *incógnito*, nos subúrbios, até se poder transferir, em Fevereiro de 1696, para um belo palácio que arrendou e mandou mobilar e decorar magnificamente. Depois de obter uma audiência privada do Imperador (honra excepcional, só concedida normalmente aos representantes dos reis de Espanha), fez o embaixador a sua entrada pública a 13 de Abril, com um aparato e uma riqueza de coches e de trajos que deslumbraram os vienenses.

No dia seguinte foi recebido publicamente por Leopoldo I e os principais membros da família imperial, com quem trocou os cumprimentos do estilo. Por seu intermédio, a rainha de Portugal enviou à Imperatriz, sua irmã, e ao Rei dos Romanos (o arquiduque José, futuro imperador) valiosos presentes, incluindo peças raras da Índia e da China¹⁴.

7. Hoje parece-nos óbvio que a missão do marquês de Arronches não se esgotaria na esplendorosa entrada pública e nas audiências de cumprimentos, naturalmente simples preliminares. Os objectivos da embaixada constam da instrução, na qual alguns pontos merecem atenção especial.

¹³ A passagem por Paris sugeriu-lhe a elaboração de um escrito sobre a política francesa: 1695. *Paris. Reflexoens sobre o estado da França feitas pelo Príncipe Senescal de Linhi Marques de Arronches, em occazião que passava por embaixador à Alemanha* – BAC: Ms. 64 – Azul, fls. 105-116; BGUC: Ms 566, fls. 208-218.

¹⁴ *Rélation de l'Entrée publique de M. le Prince Seneschal de Ligne, Ambassadeur Extraordinaire du Roi de Portugal, à la Cour de Vienne*(...), in *Lettres historiques*(...), t. X, Haia, 1696, pp. 47-56; *Relação da Magnifica Entrada que o Principe Senescal de Lique (sic) Marques de Arronches Embaxador Extraordinario da Lusitania ao Imperador fes em Viena de Austria a 13 de Abril de 696* – BGUC: Ms. 566, fls. 99-105 v. Em carta de Paris, de 7-Maio-1696, sem nome de destinatário, mas que é, evidentemente, o marquês de Arronches, saudava José da Cunha Brochado, em termos encomiásticos, a “alegre nova” da “entrada” do embaixador: “Cante Lisboa os triunfos que por V. Ex^a logra na corte de Viena...” (J. da Cunha Brochado, *Cartas*, publ. por António A. Dória, Lisboa, 1944, p. 1).

Considerando que pelo seu casamento se tinham renovado os apertados vínculos de amor e parentesco outrora existentes entre os reis de Portugal e os imperadores da Alemanha, D. Pedro II achava conveniente dar início a uma “boa inteligência” entre as duas Coroas. Para isso nomeava o marquês seu embaixador extraordinário junto do Imperador.

Não se tratava, no entanto, de missão permanente, pois expressamente se dizia que a embaixada não era “a negocio” e não passava de um cumprimento a que se dava princípio, prevendo-se para breve a despedida do embaixador¹⁵.

Na realidade, e contrariando de algum modo estas palavras, a instrução revela a existência de outros objectivos, para além do restabelecimento oficial da boa harmonia entre as duas cortes.

Pensando no cansaço e no desejo de paz das potências envolvidas na guerra, D. Pedro II manifestava a sua disponibilidade para actuar como mediador, se o Imperador falasse do assunto e houvesse acordo de todos os interessados.

Na sequência de um pedido do Papa (que já era então Inocêncio XII), ordenava também o Rei ao embaixador que conferenciasse com o nuncio apostólico em Viena sobre as matérias da paz europeia, mas tratando este negócio “como quem o não ha de concluir”, dada a breve permanência que faria naquela corte¹⁶.

Afinal, estamos a ver que esta missão diplomática não se reduzia a um simples cumprimento, pois também implicava uma negociação, ou ao menos o início dela.

Infelizmente, nada sabemos de possíveis conversações em que terá participado o marquês de Arronches, porque a sua correspondência não é conhecida e já não se encontrava no arquivo da secretaria de Estado em 1716. Segundo um inventário datado deste ano, até então não tinham sido achadas cartas dele na secretaria, supondo-se seriam “mui poucas”, o que

¹⁵ *Instrução do Embaixador do Imperio*, cit., fls. 374 v –375, 377–378.

¹⁶ *Ibidem*, fls. 376-377.

se atribuía ao “dezestrado cazo” que pusera fim à sua missão¹⁷.

Começada sob tão bons auspícios, esta veio efectivamente a terminar quatro meses depois, de forma tão inesperada como desastrosa. A 13 de Agosto de 1696 foi encontrado no bosque de Viena, com uma ferida de bala na cabeça, o corpo do conde de Halweil, gentil-homem da câmara do Imperador e filho de um conselheiro de Estado. Sabia-se que, três dias antes, ele seguira para aqueles lados acompanhado pelo marquês de Arronches, que regressara sozinho. Como também era conhecido o facto de este dever ao conde 51.000 florins, perdidos no jogo, logo a voz pública lhe atribuiu a responsabilidade do crime.

Depois de ter tentado, em vão, obter audiências do Imperador e dos principais ministros, para se explicar e justificar a sua inocência, o marquês de Arronches, perante a animosidade da nobreza, que ameaçava vingarse, e o risco de o povo enfurecido lhe assaltar a casa, refugiou-se no convento dos Trinitários espanhóis e, de noite, disfarçado de frade, fugiu para Itália¹⁸.

8. Poucos dias depois, numa longa e amargurada carta, o secretário da embaixada, Alexandre da Costa Pinheiro, comunicava estes sucessos a Mendo de Foios Pereira, secretário de Estado, e comentava: “Descrevi com summo gosto a entrada de S. Ex^a. em Vienna e me vejo agora na consternação de dar conta da sua desgraçada sahida, e estas são as methamorfosis do mundo”.

Consciente do papel que as difíceis circunstâncias lhe impunham, Alexandre Pinheiro avistou-se com ministros imperiais e com o próprio Imperador, a quem solicitou protecção para a casa e comitiva do embaixador, de acordo com as imunidades garantidas pelo direito das gentes.

Preocupado com o “credito do nosso Reyno e da Naçam”, escreveu aos representantes portugueses nas cortes estrangeiras, a fim de que esti-

¹⁷ *Inventario dos Livros Cartas dos Princepes e Ministros asistentes nas Cortes Estrangeiras (...). O qual se fes no anno de 1716* – TT: MNE, livro 191, fl. 11v.

¹⁸ *Lettres historiques*, t. X, pp. 296-302; D. António C. de Sousa, *op. cit.*, t. XII, parte I, pp. 561-565.

vessem bem informados e pudessem desmentir as falsidades que corriam, e, na carta anteriormente citada, não hesitava em afirmar a respeito do seu antigo chefe, de quem se compadecia “summamente”: “Posso com constante verdade jurar que, em tudo quanto tocou ao ministerio, obrou S. Ex^a. com igual zello, amor e fidelidade”¹⁹.

Segundo as *Memórias* do conde de Povolide, o Imperador e alguns ministros, contrariando certas opiniões, quiseram deixar sair o marquês de Arronches “pelo grande desejo que tinham da amizade de Portugal”²⁰. É incontestável que Leopoldo I fez todos os esforços para não perder esta amizade, pouco antes recuperada após longa interrupção. Efectivamente, não só mandou guardar a embaixada por uma força militar de 100 homens e intimar o pai do assassinado a que nada intentasse, por si ou por outrem, contra a pessoa do marquês, mas expediu ordens para que não lhe fosse impedida a saída do país e renovou ao secretário Alexandre Pinheiro as garantias de segurança para a casa e comitiva do embaixador²¹.

Esta atitude não impediu o Imperador, ante a gravidade do acontecimento e a pressão da família Halweil e da opinião pública, de escrever uma carta a D. Pedro II (8-Outubro-1696), a pedir justiça e a enviar uma relação do crime, e outros documentos. “Com toda a boa amizade”, segundo dizia, punha o castigo nas suas mãos. Mas tinha também o cuidado de informar que guardara exactamente as imunidades reconhecidas aos embaixadores pelo direito das gentes²².

O Rei de Portugal respondeu a lamentar o sucedido e a prometer justiça, embora não conheçamos o texto da carta. Posto o problema de saber qual o órgão competente para julgar, entendiam alguns que era a Mesa da

¹⁹ Carta de Alexandre da Costa Pinheiro para Mendo de Foios Pereira (Viena, 25-8-1696) – BAC: Ms. 64-Azul, fls. 102-105.

²⁰ *Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V*, cit., p. 134.

²¹ Carta de A. da Costa Pinheiro, cit., fls. 103-104v.

²² Carta do Imperador para D. Pedro II (Viena, 8-10-1696) – BA: Ms. 51-VI-5, fls. 82v.-84. Foi publicada, a partir de um Ms. da Biblioteca P. Municipal do Porto, por A. de Magalhães Basto, *Que se passou com o 2º Marquês de Arronches no bosque de Viena?*, in *O Primeiro de Janeiro*, 20-Junho-1952, pp. 1-2. Está também impressa na recente edição das *Memórias Históricas* do conde de Povolide, cit., pp. 133-134.

Consciência e Ordens, por o marquês de Arronches ser comendador de Santiago. Para outros, estando em causa um embaixador, com as inevitáveis implicações político-diplomáticas, era ao Conselho de Estado que competia decidir²³.

O Rei inclinou-se para a primeira solução e, por decreto de 4-Março-1697, remeteu o caso à Mesa da Consciência e Ordens, a fim de o sentenciar na forma de direito, “com toda a circunspeção” que as suas “graves circunstancias” pediam²⁴.

9. Antes de vermos que seguimento teve o processo, importa lembrar que a actuação do monarca português não se limitou à carta de resposta e à referida decisão. Na mesma altura desta, encarregou o enviado português na Haia, Francisco de Sousa Pacheco, de se deslocar a Viena, para, em seu nome, dar uma satisfação ao Imperador pelo “fatal acidente” ali acontecido e manifestar-lhe, ao mesmo tempo, o desejo de manter com ele “toda a boa amizade”²⁵.

Desde Setembro de 1696 Sousa Pacheco estava a par do “horrível cazo” imputado ao nosso embaixador em Viena, – caso que reputava incrível, pelo louvável procedimento do marquês em Portugal, o seu bom entendimento e as obrigações da sua pessoa e carácter. Atribuía a fuga à preocupação de “salvar as imunidades do seu carácter” e procurar lugar seguro de onde pudesse, decorosamente, justificar a inocência. Entretanto, o enviado na Haia mantinha correspondência com Alexandre Pinheiro e considerava que este procedera “muy cuidadosamente” em tudo quanto respeitava ao serviço real²⁶.

Em Abril de 1697 recebeu o encargo da missão em Viena, mas com a

²³ Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V, cit., p. 135.

²⁴ Decreto de D. Pedro II (Lisboa, 4-3-1697) – BA: Ms. 51-VI-34, nº 2, fl. 21.

²⁵ Francisco de Sousa Pacheco a Mendo de Foios Pereira (Haia, 16-4-1697) – TT: MNE, livro 800, fls. 91v-92.

²⁶ F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira (Haia, cartas de 4-9-1696, 16-9-1696, 2-10-1696, 13-11-1696, 27-11-1696, 11-12-1696, 22-1-1697, 5-2-1697, 19-2-1697, 2-4-1697, 16-4-1697) – *Ibidem*, fls. 47-47v., 51v-52, 53v.-54, 56-56v., 61-61v., 63, 68-68v., 73, 77-78, 90v.-91, 94.

reserva de não deixar o seu posto se estivesse próxima a paz europeia, porque poderia ali fazer falta. Ora, as negociações mais ou menos secretas e intermitentes que se arrastavam desde há anos conduziram por fim à abertura do congresso de Rijswijk, em Maio, mas só a assinatura dos tratados de paz, em Setembro-Outubro, deixou o diplomata português livre para viajar. Decidiu partir em Fevereiro de 1698, por lhe parecer a ocasião mais oportuna, dada a situação dos negócios políticos, e apesar da “cruel estação”, com as neves e os gelos a tornarem impraticáveis os caminhos e difícil a passagem dos rios²⁷.

Não podemos alongar-nos na descrição da viagem, que (ao contrário da do marquês de Arronches) conhecemos bem, graças ao minucioso relato anónimo de um acompanhante do enviado, provavelmente o seu secretário. Por este escrito ficamos com uma ideia dos trabalhos e incómodos a que se sujeitava, há três séculos, um diplomata, para percorrer, em pleno inverno, uma grande parte da Europa central e cumprir a sua missão.

Foram 29 jornadas diárias, com partida da Haia a 22-Fevereiro-1698 e chegada a Viena a 5-Abril, utilizando na parte final, desde Ratisbona, a via fluvial do Danúbio²⁸.

Depois de se informar sobre os usos que na corte vienense se observavam com os enviados, Sousa Pacheco entregou uma cópia da credencial e pediu audiência. Embora sabendo que os ministros do seu carácter não costumavam fazer entrada pública naquela capital, não se poupou a despesas com a apresentação do séquito e equipagens, porque – segundo a sua própria explicação – estava numa corte magnífica, cheia de príncipes e de grandes pessoas, além dos diplomatas estrangeiros, e porque desejava

²⁷ F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira (Haia, cartas de 30-4-1697, 14-5-1697, 28-5-1697, 25-6-1697, 6-8-1697, 7-1-1698, 23-1-1698, 4-2-1698, 18-2-1698) – *Ibidem*, fls. 94v.-95, 96v.-97, 101v., 105v., 111, e livro 802, fls. 20v., 25v., 26-26v., 27v.

²⁸ F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira (Ratisbona, 1-4-1698) – TT: *MNE*, livro 802, fls. 29v.-30v.; *Viagê feita da Haya a Corte de Viena por Frâncisco de Sousa Pacheco Enviado Extraordinario de S. Mag.de de Portugal â Corte do Emperador no ano MDCXCVIII* – BA: Ms. 49-I-44 (III + 101 fls.)

²⁹ F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira (Viena, cartas de 9-4-1698 e 19-4-1698) – TT: *MNE*, livro 802, fls. 31-31v., 37v.-39.

mostrar em tudo que representava o Rei de Portugal²⁹.

Na audiência concedida pelo Imperador (a 20-Abril), exprimiu-lhe o enviado o “grande sentimento” do soberano português com o caso do marquês de Arronches, o propósito de fazer justiça e o desejo de “cultivar huma sincera amizade e boa correspondencia entre as duas monarchias”. Leopoldo I agradeceu e deu testemunho “da sua boa, firme e constante amizade”.

Idênticos sentimentos foram manifestados, por ambas as partes, nas audiências da Imperatriz e dos arquiduques e arquiduquesas.

Durante a permanência em Viena, procurou o enviado fazer todas as “assistências” às Majestades imperiais, nas igrejas, no palácio e até, por vezes, na caça, recebendo, segundo diz, muitas honras, que se esforçou por merecer³⁰.

Alcançado o objectivo principal da missão, aproveitou ainda Sousa Pacheco a sua estadia para dar cumprimento a outras incumbências.

De acordo com uma ordem régia, obteve todas as informações possíveis a respeito das quatro jovens arquiduquesas, filhas de Leopoldo I, mandando dizer para Lisboa que eram princesas de raras virtudes, aplicadas ao estudo, “todas muito bem feitas e de muito bom ar, [...] muito devotas e com hum modo modestissimo, e, dizem, com as condições muy suaves”. E acrescentava: “A que entre todas tem melhor parecer he a Senhora Archiduqueza Mariana, que he a 2^a”, - cujo destino histórico, podemos nós dizer, é bem conhecido³¹.

Embora saibamos que os objectivos políticos da missão de Sousa Pacheco em Viena eram apenas os já referidos, não devemos admirar-nos de que o diplomata português tenha sido confrontado com um problema que consti-

³⁰ F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira (Viena, cartas de 3-5-1698 e 17-5-1698) – *Ibidem*, fls. 39-42, 43-43v.; F. de Sousa Pacheco a Martim Monteiro (Viena, 3-5-1698) – *Ibidem*, fl. anexa, no fim do livro.

³¹ F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira (Viena, cartas de 3-5-1698 e 17-5-1698) – *Ibidem*, fls. 42-42v., 43v.-44.

tuía então a preocupação dominante das cortes europeias: o da sucessão de Espanha. Desde 1696 a frágil saúde de Carlos II declinava e passava por crises mais ou menos graves, que pareciam anunciar a proximidade da morte. Por isso se multiplicavam as negociações e combinações, secretas ou não, sobre o destino da monarquia espanhola, a sua unidade ou a sua partilha³².

Dada a posição geográfica de Portugal relativamente à Espanha, conhecidas as pretensões de D. Pedro II à coroa deste país e a política de rearmamento a que estava a proceder, com o apoio das Cortes, não surpreende que Sousa Pacheco, na sequência de sondagens feitas ainda pouco antes na Haia, tenha sido interrogado pelos ministros austríacos sobre a intenção com que o seu rei levantava tropas.

O embaixador da Espanha teve mesmo com ele uma longa conversa em que manifestou a esperança de que Portugal ajudaria a manter a unidade do seu país. O enviado respondeu de forma genérica e disse nada saber de positivo, mas podia garantir as boas intenções de S. M. Portuguesa. Atitude de elementar prudência, que evitava qualquer compromisso³³.

Terminada a missão, teve Sousa Pacheco as audiências de despedida, a 20 de Maio. Para além das expressões protocolares, o Imperador lembrou – significativamente – quanto confiava na boa amizade e aliança do Rei de Portugal “para toda a ocasião que fosse do emterece de ambas as Monarchias”. Acrescentou ter nomeado há muito embaixador para Lisboa, que só não partira ainda por impedimentos particulares, e insistiu no

³² Na carta de 3-5-1698 para M. de Foios Pereira, referindo-se ao Imperador, dizia F. de Sousa Pacheco: “...A sucessão de Espanha, que he o principal ponto dos seus interesses...” (*Ibid.*, fl. 43). Sobre a posição de Portugal neste grande problema europeu ver: Damião Peres, *A Diplomacia portuguesa e a Sucessão de Espanha (1700-1704)*, Barcelos, 1931; A. D. Francis, *The Methuens and Portugal, 1691-1708*, Cambridge, 1966; L. Ferrand de Almeida, *A Colónia do Sacramento na época da Sucessão de Espanha*, Coimbra, 1973, pp. 14-50, 187-270; Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força*, vol. I, Lisboa, 1987, pp. 223-235.

³³ F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira (Viena, cartas de 19-4-1698, 3-5-1698, 17-5-1698, 31-5-1698) – TT: *MNE*, livro 802, fls. 36-36v., 42v.-43, 44-44v., 46v.

³⁴ F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira (Viena 31-5-1698) – *Ibidem*, fls. 45v.-46.

seu desejo de conservar com o monarca português “a mais firme e constante amizade”.

O enviado deve ter partido para a Holanda em princípios de Junho, animado pela certeza, garantida por toda a corte austríaca, da “boa satisfação” em que ficavam as Majestades imperiais³⁴.

10. Há ainda uma diligência de Francisco de Sousa Pacheco, antes da viagem de regresso, que não devemos esquecer, porque, numa certa perspectiva, ela é importante.

Executando uma ordem régia, tratou de se informar se tinha sido paga a dívida de jogo do marquês de Arronches, que, em caso negativo, ele pagaria, mas verificou estar tudo satisfeito com grande prontidão. A corte austríaca tinha conhecimento disto, assim como da ordem dada ao enviado.

É bem provável que na solução do problema tenha tido papel preponderante o secretário Alexandre da Costa Pinheiro, que na importante carta, atrás citada, de 25-Agosto-1696, poucos dias após o crime, dizia não querer despedir-se de Viena sem ser paga a dívida em que se fundava a “disgraça”. Se o dinheiro não viesse da Casa de Arronches, estava decidido a vender quanto havia no palácio arrendado pelo embaixador, “porque – explicava – de direito divino e humano se deve satisfazer o que se deve, e por credito do Reyno, da Naçam e da Caza se deve fazer assim”, – e isto mesmo ia escrever ao marquês³⁵.

O marquês tinha-se instalado no Estado de Veneza, enquanto em Lisboa corria o seu processo na Mesa da Consciência e Ordens. Processo

³⁵ F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira (Viena, 17-5-1698) – *Ibidem*, fl. 43v.; Alexandre da Costa Pinheiro a M. de Foios Pereira, cit., fl. 104v. Parece que a dívida foi efectivamente paga pela Casa de Arronches. É o que sugere o memorial apresentado por F. de Sousa Pacheco aos Estados Gerais (14-1-1697), pedindo autorização para passarem livremente pelo território holandês as pratas e outros bens móveis da embaixada portuguesa de Viena, com o secretário Costa Pinheiro, a caminho de Lisboa (TT: *MNE*, livro 819, fls. 57-57v.). No fim há uma nota que diz: “Concedeuse o Passaporte para passar livremente o fatto do Embaxador, na forma que se pedia...” (fl. 57v.)

que se arrastou no meio de algumas complicações jurídicas e com aspectos ora favoráveis, ora desfavoráveis ao réu, que, por sua iniciativa ou dos familiares e amigos, fazia publicar e difundir manifestos e apologias em sua defesa. Até que, em Abril de 1699, foi anexado aos autos, a pedido da marquesa D. Mariana de Sousa, um documento considerado certamente muito importante e porventura decisivo.

Era a declaração de um indivíduo de nacionalidade polaca, falecido na Itália em fins de 1697, na qual o autor confessava ter assassinado o conde de Halweil no bosque de Viena, alargando-se depois em pormenores e afirmando expressamente que o embaixador português não tinha qualquer responsabilidade no homicídio.

Diferente foi, no entanto, a opinião do Dr. António Marcão Temudo, juiz dos cavaleiros das Três Ordens, quando teve de sentenciar o caso: Vistos os autos, com os papéis enviados pelo Imperador e o libelo do promotor fiscal, que o réu, citado por éditos, não contestou, limitando-se a fazer apresentar a referida declaração, entendeu o juiz que esta era inverosímil e afectada, com incongruências que a tornavam suspeita. Considerando que os numerosos indícios existentes, vistos em conjunto, faziam prova concludente, condenou o réu em degredo perpétuo para a Índia e 10.000 cruzados de indemnização aos herdeiros da vítima (17-Setembro-1699).

Mas o processo não ficou por aqui. A 4-Fevereiro-1700 esta sentença foi revogada por outra da Mesa da Consciência e Ordens. Os juizes deste

³⁶ *Relação do facto da morte do Conde de Halleveil, feita no bosque da Corte de Viena (...)* – BA: Ms. 51-VI-34, nº 2, fls. 20-72 (Documentação do processo, 1697-1700); D. António C. de Sousa, *op. cit.*, t. XII, parte I, pp. 565-567, e *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, t. VI, Lisboa, 1748, pp. 212-229; J. Veríssimo Serrão, *Manuscritos portugueses ou referentes a Portugal da Biblioteca Nacional de Paris*, Paris, 1969, pp. 73-74. Sobre os inconvenientes e perigos do jogo para os agentes diplomáticos escreveu José da Cunha Brochado quando era secretário da embaixada portuguesa em Paris nos últimos anos do século XVII: “...Não há cousa mais prejudicial, e que S. Mag.de deve prohibir expressamente a seus Ministros, porque do contrario se segue a infamia do character por mil accidentes damnosos”, e lembrava que naquele tempo sucedeu ao marquês de Arronches “o que todo o mundo sabe” (*Memorias de José da Cunha Brochado*, publ. por Mendes dos Remédios, Coimbra, 1909, pp. 33-34).

tribunal, concordando com o relator, foram de parecer que os indícios apontados nos autos não eram veementes e indubitáveis, mas apenas “remotos e menos que verisímeis”, resultando de tudo não haver prova alguma contra o réu, que foi, por isso, absolvido³⁶.

Podemos encerrar este assunto com o seguinte comentário de D. António Caetano de Sousa:

“O Marquez, que foy ornado de sabedoria com excellentes partes, muito brio, e não menos elevação, bem versado na politica do Mundo, não deixou de seguir algumas maximas, que parecerão paradoxos; assim estando na sua liberdade o poder voltar para Portugal, sem embargo de ter licença para se recolher à sua casa, o não fez; mas ficou vivendo no Estado de Veneza, onde morreo na cidade de Padua a 20 de Janeiro de 1713”³⁷.

11. Resumindo para concluir. A Restauração portuguesa de 1640 e algumas das suas consequências tornaram impossíveis, por muito tempo, as relações entre Portugal e o Império germânico.

Nas décadas de 80 e 90, o cerco de Viena pelos Turcos, a grande batalha que salvou a cidade e a longa e dura *reconquista* que se lhe seguiu suscitaram interesse no nosso País e algumas formas de apoio ou participação, mas não desfizeram a barreira de ressentimento que separava as duas cortes.

O casamento de D. Pedro II com D. Maria Sofia de Neuburg, irmã da imperatriz Leonor e portanto cunhada do imperador Leopoldo I, facilitou o caminho da reconciliação. Aos afectos familiares juntou-se a própria evolução da política europeia.

Se nem todos os objectivos puderam ser concretizados, pelo menos o estabelecimento de boas e até cordiais relações entre as famílias reinantes foi plenamente conseguido, ou oficialmente confirmado, pela embaixada extraordinária do marquês de Arronches em 1696. Nem sequer o seu final

³⁷ D. António C. de Sousa, *op. cit.*, t. XII, parte I, p. 567.

desastrosamente interrompeu ou prejudicou gravemente essas relações, manifestamente de grande interesse para ambas as partes, como o prova a atitude dos dois soberanos.

Por fim, o magno problema europeu da sucessão de Espanha deve ter levado Leopoldo I, um dos principais pretendentes, a cultivar a amizade portuguesa, dada a posição geográfica e, por consequência, a importância estratégica do nosso País. As palavras que dirigiu a Sousa Pacheco na audiência de despedida mostram que tinha bem consciência disso.

Significativo é também que em Julho de 1700 tenha chegado a Lisboa o primeiro agente diplomático permanente do Império, o conde de Waldstein, com o carácter de embaixador extraordinário. Através de dificuldades de vária ordem, relacionadas com as oscilações da política externa portuguesa entre 1700 e 1703, viria a participar nas complexas negociações que levaram Portugal a aderir à Grande Aliança (16-Maio-1703), em defesa da candidatura do arquiduque Carlos da Áustria ao trono espanhol.

Devemos ainda lembrar que a participação portuguesa na guerra da sucessão de Espanha, ao lado do Imperador e seus aliados, permitiria tornar efectiva uma aspiração que vinha já dos últimos anos do século XVII. Eram transparentes as intenções de D. Pedro II quando encarregou o seu enviado Francisco de Sousa Pacheco de lhe mandar de Viena informações sobre as jovens arquiduquesas, filhas de Leopoldo I. Estavam assim a ser dados os primeiros passos no caminho que levou ao casamento de D. João V, dez anos depois (1708).

Normalizado o relacionamento entre as duas cortes e reforçados os laços dinásticos e políticos, ficavam abertas as portas para mais intensos contactos entre Portugal e a Áustria, como veio a acontecer no século XVIII³⁸.

³⁸ Ver a obra publicada sob a direcção de Ludwig Scheidl e José A. Palma Caetano, *Relações entre a Áustria e Portugal. Testemunhos históricos e culturais*, Coimbra, 1985.

Documentos*

1

Instrução para o marquês de Arronches, embaixador extraordinário de Portugal em Viena

Lisboa, 2-Outubro-1694

Instrução do Embaxador do Imperio o Marquez Pincepe Senescal

Honrado Marquês Embaxador amigo.¹ Pellos accidentes do tempo cessarão as grandes alianças e reciproca amizade e contrrespondencia que os Senhores Reys meus predecessores tiverão com os Emperadores de Alemanha, com os quaes se continuaraõ e repetiraõ os maes apertados vinculos de amor e parentesco, e porque estes se achaõ hoje renovados pello meu cazamento com a Raynha, minha sobre todas muito amada e prezada molher, me pareceo conveniente que se principiasse aquella boa inteligencia que sempre ouve entre ambas as Coroas, por cuja cauza fuy servido nomearvos por meu Embaxador extraordinario junto à pessoa do Emperador, pellas grandes qualidades e circunstancias que na vossa con-

* Normas de transcrição: desdobramos as abreviaturas e conservamos a ortografia, mas regularizamos o uso das maiúsculas e usamos as letras *l*, *j*, *u* e *y* com o valor actual; corrigimos a pontuação, quando necessário e, por vezes, a acentuação, a fim de evitar uma leitura errada. Passagens de menor interesse ou que não dizem respeito ao nosso tema são substituídas por séries de pontos entre colchetes.

¹ Riscadas algumas palavras.

correm e por esperar que em tudo me servireis nessa embayxada com o acerto que de vós me posso prometer.

Como fazeis jornada por terra, podereis em algumas emcontrarvos com Reys ou Princeses soberanos e sempre escuzareis o falarlhes e vellos, assim a respeito das duvidas do tratamento que vos haõ de dar, como porque de falares a huns poderá rezultar alguma sospeita ou desconfiança aos outros, entendendo que naõ foy acazo, senaõ propozito pera alguma inteligencia ou negociaçaõ.

No tempo em que o Marquês de Alegrete, emtaõ Conde de Villar Mayor, passou por meu Embayxador extraordinario à corte de Hydelberg pera ajustar o meu cazamento, lhe significou o Serenissimo Principe Conde Palatino do Rhin, meu sogro, o grande dezejo que tinha de ver com esta nova aliança restituída a amizade e corresponsencia que sempre ouvera entre Portugal e o Imperio, assegurando ao Conde da boa vontade do Emparador para com a minha pessoa e que, para se poder dar principio à corresponsencia que tanto comigo dezejava, estava prompto pera dar aos meus Embayxadores aquelle mesmo tratamento que dava aos de Castella.

As occurrencias dos negocios e as conjunturas dos tempos dilataraõ a rezoluçaõ em que sempre estive depois do meu cazamento de mandar Embayxador extraordinario ao Imperio e neste meyo tempo teve lugar a Emparatrix de significar à Raynha sua irmã [fl. 373] o mesmo que o Eleytor seu pay havia comunicado ao Conde de Villar Mayor, debaixo da segurança do mesmo tratamento que emtaõ lhe offereceo e lhe assegurou.

[.....] [fls. 373v.-374v.]

Na corte de Viena se acha Nuncio apostolico Dom Sebastiaõ Antonio de Tanara, a cuja nunciatura foy promovido da deste Reyno, e antes da sua partida para o Imperio me significou o quanto convinha e dezejava que eu estabelecesse amizade e corresponsencia com o Emparador, tanto pella sua boa intençaõ como pello muito que se confessa obrigado às honras que lhe fiz, e por ser ministro de S. Santidade, cuja primeira obrigaçaõ he consiliar [fl. 374v.] os animos dos princepes catholicos e de evitar todo o motivo de queixas e discordias, vos podereis informar com elle com mais confiança,

porque tem mayor rezaõ que os outros ministros estrangeiros pera vos falar com toda a censeridade.

Estando preparada a vossa caza e familia, pedireis audiencias na forma do estillo e entregareis ao Emparador as minhas cartas, fazendolhe as mais vivas expressois do meu bom animo e affecto para com S. Magestade Cezarea e significandolhe a grande estimaçaõ que faço de se renovarem os vinculos de amor e parentesco entre ambas as Coroas pello meu cazamento na Serenissima Caza Eleitoral Palatina, e que espero que estes se repitaõ e continuem como por muitas vezes reciprocamente se continuaraõ e repetiraõ emtre os Reys de Portugal e Emparadores de Alemanha, pera que a paz, aliança e amizade seja segura e prepetua e a censeridade de animo com que dezejo a S. Magestade Cezarea as mayores felicidades.

Naõ havendo duvida no Rey dos Romanos em receber a minha carta, nem no modo de lhe fazer resposta, lha dareis e lhe fareis todas aquellas expressois que saõ devidas à sua pesoa e que vos parecerem mais proprias da sua idade, pera que fique emtendendo o grande amor e affecto que lhe tenho. [...]

À Imparatrix, minha cunhada, significareis, dandolhe a minha carta, com muy particulares e affectuozas expressões do meu animo e vontade pera com a sua real pesoa e a summa estimaçaõ que fiz de me aparentar tanto com S. Magestade Cezarea e a despoziçaõ com que sempre me achará pera tudo quanto for do seu real agrado. [fl. 375].

[.....] [fls. 375-376].

A viva e profiada guerra em que se acha toda Europa e as hostilidades, damnos e despezas com que já estaõ cansadas e oprimidas todas as potencias inimigas fazem que de huma e outra parte se dezeje a paz como bem e felecidade universsal e que só pode dar sucego e tranquilidade a tantos prejuizos e trabalhos, e assim tenho por muy verosimil que o Emparador vos fale nesta materia, dizendovos que dezeja a minha mediaçaõ para o ajustamento e segurança da páz, e, sendo assim, lhe respondereis que o principal motivo da neutralidade que proffesso com todas as naçoẽs que

hoje tem guerra foy o acharme livre, desembaraçado e capaz de aceitar a mediação da páz, procurando a quietação de Europa e o mayor bem da Christandade, e que não terey duvida a aceitar a mediação de todos os principes e potencias que me quizerem por seu mediador e que esta boa inclinação com que me achava pera a cauza comua será a mayor depois de saber que S. Magestade Cezarea tem gosto e interece em que eu seja mediador e que sempre procurarey o que possa ser de mais conveniencia pera a Christandade e de quietação e sosego pera toda Europa.

Como os intereces da Caza de Austria são tam inceparaveis dos de Castella, poderá' suceder que, fora da cauza comua, vos fale o Emparador na particular, procurando saber de vós qual he a minha rezolução pera a defença e conservação de Espanha no cazo que os Francezes continuem a invazaõ e conquista de Catalunha, ao que respondereis que esta materia he fora da vossa comissão e que somente o que podeis assegurar a S. Magestade Cezarea he que eu mando armar o meu Reyno e que será pera tomar aquella rezolução que for mais conveniente pera a conservação de meus vassallos e reputação da minha Coroa.

O Emparador tem esperança de que, no estado presente, haja hum de seus filhos de ser sucessor de El Rey Cattolico e não pode deixar de conhecer que, pera este fim, de nenhuma potencia pode receber [fl.376] tanto beneficio ou tamto damno como de Portugal, pella vezinhança, e será factivel o falarvos nesta materia; e ainda que espero em Deos que não suceda e que, sucedendo, seja daqui a muitos annos, na incerteza e fragilidade da vida humana está debaixo da mesma contingencia o ser logo e o ser tarde, e assim não quererá perder a occazião nem deferir a proposta; e assegurandolhe que esta materia, pera voz, he muito nova e muy fora das vossas instruções, lhe respondereis de maneira que não possa emtender do que lhe disserdes, ainda como quem fala por discursso, couza que o dezemgane ou o assegure qual será a minha rezolução nesta fatalidade (o que Deos não permita) e somente o certeficareis na minha boa amizade e que esta numca poderá faltar adonde são tam apertados os vinculos do parentesco; e quando vos não emcaregue de que mo fassais presente o

que vos comunicar nesta materia, lhe respondereis com tal advertencia que lhe não digais que me dareis conta ou ma fareis presente, e que della por agora sempre he melhor não dar resposta do que dalla, ainda que seja a mais prudente e bem considerada, e só no cazo que expressamente vos diga que me representeis da sua parte o que vos comunicou, então lhe respondereis que, por lhe obedeceres, mo fareis presente.

O Arcebispo de Rhodes, Nuncio apostolico nestes Reynos, me significou da parte de S. Santidade, o muito que se alegrara com a noticia de vos haver nomeado por meu Embayxador extraordinario à corte de Viena e ao Marquês de Cascaes à de Pariz, porque na presente occasião serieis os instrumentos mais proporcionados pera se tratar do ajustamento da paz que S. Santidade, como pay universsal, anciozamente dezejava, pera se evitarem os grandes damnos que a Christandade padecia e os mayores que de futuro se podiaõ padecer, pedindome que vos mandasse que comunicasseis e confferisseydes com o seu Nuncio tudo o que respeitasse à mediação e ajustamento da paz; e como o intento do Pontifece he tam sancto e tam proprio do lugar em que Deos o pôz, não só como principe cattolico e filho da Sancta Madre Igreja Romana, mas tambem pello grande amor que tenho à pessoa de S. Santidade, dezejo em tudo darlhe gosto e comprazello, e assim vos ordeno que nesta materia confirais com o Nuncio tudo o que tocar à paz universal de Europa, dizendolhe que tendes especial ordem minha pera o fazeres, mas nesta negociação obrareis tam prudentemente que elle emtenda que eu procuro dar gosto a S. Santidade e que o acompanho nos dezejos de fazer tudo o que for mayor bem da Christandade [fl. 376v.]; e que não fassais nem vos empenheis no que de algum modo possa ser de prejuizo a esta Coroa, nem de queixa pera algum dos princepes amigos, porque sempre haveis de tratar este negocio como quem o não ha de concluir, pella breve assistencia que fareis naquella corte e como emcaminhado ao bem de todos e principalmente ao serviço de Deos na paz e na quietação da Christandade, que he o que S. Santidade maes deve dezejar.

Com o Embayxador de Castella tratareis sempre com a advertencia de

que dezejará que naquella corte obreis de maneira que França possa ficar com queixa ou desconfiança e assim poreis tanto cuidado em evitar todo o motivo que da vossa jornada a Viena não possa fazer argumento contrario à boa amizade e correspondencia que sempre ouve entre França e Portugal.

Se vos falar nas couzas que respeitaõ ao estado de Castella e à sua conservação e defença, direis que estas materias seraõ melhor tratadas adonde saõ vistas e que, havendo ministros de ambas as Coroas em Lisboa e em Madrid, que por elles terá melhor entendido El Rey Catholico a minha rezolução. [...].

Como todos os cazos se não podem reduzir a instrução, havendo emtendido desta a minha vontade, vos regulareis nos mais cazos com a prudencia e acerto que eu da vossa pessoa tenho por certo emfalivel, e como a vossa embayxada não he a negocio e não passa de hum cumprimento a que eu havia de dar principio, será conveniente vos não dilateis mais do necessario na corte de Viena, porque muitas vezes sobrem negocios que fora melhor não emtrar nem fugir delles, e assim vos [fl. 377] despedireis da corte tanto que emtemderes que he tempo, pera o que se vos entregará tambem carta recredencial. [.....].

Gaspar Salgado a fez em Lisboa, a 2 de Outubro de 1694. Mendo de Foyos Pereyra a fez escrever. Rey.

(Cópia)

(BA: Ms. 51-IX-8, fls. 373-377v.)

**Francisco de Sousa Pacheco, enviado na Haia,
a Mendo de Foios Pereira, secretário de Estado²**

Haia, 4 - Setembro - 1696

[...]. Aqui me acho com o sentimento das noticias que vieraõ da corte de Vienna do horrivel cazo que imputaõ ao nosso Embaxador, o que não he crível, pelo louvavel prossedimento que sempre teve nessa corte, pelas obrigaçois da sua pessoa e pelas do seu caracter, que tudo junto ao seu bom emtendimento fas mais difficulতোzo o poder persuadir cometeçe semelhante crime.

As cartas que vieraõ 4^a feira, 29 do passado, dizem haverce sahido incognito da corte, porem, como o povo estava taõ inquieto, não seria muito que, por salvar as immunidades do seu caracter, foce buscar lugar seguro de donde decorozamente possa justificar a sua innocencia. Eu tive huma carta sua, escripta um dia despois do em que se dis se fizera a morte, falandome em todos os negocios do mundo com annimo taõ socegado que della se pode provar estar alheio deste dilito. Nas cartas que vierem hoje daquella corte espero venhaõ noticias mais favoraveis à justificação do Embaxador. S. Magestade Imperial, me dice o Conde de Caunits, seu ministro, havia mandado hum expresso a El Rey nosso senhor, que seria ja chegado hã muitos dias. [.....] [fl. 47].

[...]. Despois de haver escripto esta carta me chega huma da corte de Vienna escripta por Alexandre da Costa Pinheiro, secretario do Embaxador, que expoem aquelle successo e me dis queira eu mandar esta sua carta à real prezença de S. Magestade, como V. Senhoria verá por ella, e me falla juntamente em hum expresso que quis mandar, o qual eu daqui emviaria se emtendera que o chegar elle outo dias mais sedo que a posta pudesse melhorar alguma couza as rezoluçois que S. Magestade que Deus guarde

² Este documento e os seguintes são extraídos dos livros de registo dos officios de F. de Sousa Pacheco.

for servido tomar nesta materia; porem, como achei ser grande o custo sem descubrir o emterece, me rezolvo a mandalla pela posta ordinaria. [fl. 47v.] [.....].

(TT: MNE, livro 800, fls. 47-47v.)

3

F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira

Haia, 16 – Setembro - 1696

[...]. Este correio tive carta de Vienna, de Alexandre da Costa Pinheiro, em que me dis se continuava a devaça do assacino (*sic*) imputado ao Embaxador e que se serraria brevemente, e que o Emperador havia de mandar a copia de tudo a El Rey nosso senhor, e juntamente me dis que o Concelho de Estado o mandara tentar, em termos decorozos, quizece elle mesmo inquirir tres criados estrangeiros de escada abaxo e darlhe por escripto os seus depoimentos, e que a repos-[fl. 51]ta que lhes dera fôra que elle não devia nem podia formar culpa nem defeza à pessoa do Embaxador, a quem se devia devia (*sic*) inviolavel immuidade, e que sô o seu juizo e innocencia dependia de El Rey nosso senhor.

Juntamente lhe diceraõ que o primeiro ministro lhe havia de escrever sobre este particular e me pergunta o que eu sinto nesta materia. Eu lhe determino responder haver tomado muy bom caminho, por me não parecer rezaõ andar em actos publicos a sua reposta por escripto, que ainda que foce muy favoravel à cauza do Embaxador e ser elle o mesmo que tirace o depoimento, não será hum grande mal; comtudo, quaisquer destes prossedimentos sempre parecem offender a immuidade do character, e assim se devia comcervar no mesmo propozito, dizendo juntamente que o que elle havia sabido dos tays mossos eraõ as rezois que a elle lhe parece

alegar pera mostrar estava o Embaxador sem culpa neste crime, e que ainda que o que achava nelles hera tudo em seu favor, elle [fl. 51v.] dezejando mostrallo mais manifestamente, se não podia dispençar de o fazer, por cometer nisso hum crime contra os privilegios da immuidade, que S. Magestade Cezaria havia comcervado tanto athe aqui.

Tambem me dis que o pay e irmão do morto pediraõ ao Emperador ordem pera embargar a prata e alfayas, e, ainda que não tivera despacho o requerimento, comtudo acudira elle logo ao Conde de Harrach pera mostrarlhe ser huma couza que se não devia pedir, e que, assim, estava certo se não daria atençaõ a semelhante proposta. Este secretario se tem havido muy cuidadosamente em tudo o que toca ao serviço de S. Magestade, como tambem na caza e familia. [...]. [fl. 52].

(*Ibidem*, fls. 51-52)

4

F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira

Haia, 27 – Novembro – 1696

[...] A Alexandre da Costa Pinheiro [fl. 61] escrevi isignuando lhe a ordem que S. Magestade fora servido mandarme pera elle se retirar da corte deVienna tanto que lhe for possivel e fico advertido na forma com que me haverei com o Principe Senescal no cazo que venha a esta corte [fl. 61v.].

(*Ibidem*, fls. 61-61v.)

F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira

Haia, 16 – Abril – 1697

Carta escripta em 16 de Abril de 1697.

Recebo huma carta de V. Senhoria escripta em 12 de Março, de que fico emtendendo as ordens que S. Magestade que Deus guarde he servido mandarme, que eu executarei na forma que achar ser mais do seu real serviço.

Também recebi as cartas de El Rey nosso senhor pera S. Magestade Imperial e todas as mais ordens concernentes a esta materia e sou muy devedor à honra que Sua Magestade he servido fazerme, confiando tanto do meu pouco prestimo que dezempenhe com acerto a especial mercê que me faz desta eleição.

Eu me disponho logo a aviarme de tudo o que me he necessario pera esta jornada, pera naquella corte não fazer mais que a perciza acistencia do negocio que me he emcarregado; porem, como as ordens de S. Magestade são de não sahir desta corte estando proxima a concluaõ da pax e ter quaze por infalivel o abirce o congresso, ou pera a pax geral, ou pera as que se receiaõ particulares, dentro de poucos dias, me he forçozo ver o termo que toma esta materia, porque, quando continue felixmente o seu ajuste, não poderá du-[fl. 91v.]rar muito tempo a assemblea, segundo o discurço dos mais intilgentes nesta materia, e, quando se rompa totalmente esta negoceaçaõ (o que he mais duvidozo), me porei logo a caminho e executarei em tudo a vontade e obrigaçaõ que tenho de me empregar no real serviço de S. Magestade.

Ao Conde de Caunits direi ter ordem pera passar a sua corte, sendo a cauza o justo sentimento de El Rey nosso senhor do fatal accidente aconticido nella e atribuido ao Marquês de Arronches, pera que asim possa comstar melhor o quanto S. Magestade dezeja, com as maiores demonstraçois, sactisfazer ao Emperador e comcervar com elle toda a boa

amizade que pode querer a mais firme nos vinculos de huma tão grande aliança.

Emtretanto, mandarei tomar lâ cazas e tudo poderá melhor justificar esta ordem de S. Magestade, que, com qualquer pretexto se poderá dilatar durante o tratado, ainda que conheção manifestamente seja esta a cauza que me dilata, pois que tambem o seu ministro nomeado a essa corte foi pera acistir a eleição de Polonia, pera daly passar a esse Reyno. [...]. [fl. 92].

(*Ibidem*, fls. 91v.-92)

6

F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira

Haia, 30 – Abril – 1697

[...].Da carta geral verá V. Senhoria o estado da negoceação da pax, que, junta à ordem que agora recebo de S. Magestade, se me fas preciso suspender a jornada do Imperio athe ver os termos que toma a comtriedade de emtereces de tantos ministros, e, quando esta dé cauza a naõ abirce logo o congreço e a poderce esperar do sucesso da campanha a deliberação dos tratados, seguirei sem dilação a minha jornada, pera o que me vou pondo prestes, pera que em nenhum cazo seja a meu respeito a mais leve dilação. Aos ministros imperiais dice a honra que S. Magestade me fizera de me mandar ordens pera passar logo à sua corte, o que [fl. 94v.] elles estimaraõ, pela particular amizade que com elles tenho. [...].

(*Ibidem*, fls. 94v.-95)

F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira*Haia, 28 – Maio – 1697*

[...]. Toda esta materia de paz vay com huma tal lentidaõ que a mim me parece que eu poderia ir e voltar de Vienna sem se tratar no congresso couza que nos pudesse tocar, nem proxima nem remotamente, podendo dentro em tres mezes estar outra vez nesta corte; porem, eu não tenho posto em execução esta jornada porque S. Magestade, mandandome ordens para a fazer, foi juntamente servido mandarme, se a paz estivesse em termos de se entrar em congresso, defirisse a viagem pera tempo mais oportuno, e assim, sem nova ordem sua, não poderey sahir desta corte, pois vejo que o congresso se continua e não haver alguma ocazião de romperse. [...] [*fl. 101v.*].

*(Ibidem, fl. 101v.)***F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira***Haia, 20 – Agosto – 1697*

[...].Aqui me mandou, hum destes dias, hum dos ministros do Imperio pelo seu secretario a pedir lhe fizece favor de dizerlhe se havia S. Magestade mandado sentenciar o Marquês de Arronches, porque lhe diziaõ estar ja absolvido e na graça de El Rey nosso senhor. Eu lhe respondi o que V. Senhoria me havia escripto na posta passada e que aquella informação que elle tinha devia nacer de hum magnifesto que me diziaõ havia feito seu

irmão, o Marquês de Moÿ, residente em Paris; suponho que esta pergunta foy nacida de outra da corte de Vienna, pois foy no mesmo dia em que se escrevia pera aquella parte.

(*Ibidem*, fl. 114)

9

F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira

Haia, 7 – Janeiro – 1698

[...]. Como S. Magestade me fas a honra de deixar ao meu arbitrio o tempo de pôr em execução a jornada pera a corte de Viena, atendendo ao estado prezente dos negocios, me persuado poder partir daqui por todo o mês que vem, quando me não venhaõ outras ordens de S. Magestade em contrario [...]. [*fl.* 20].

(TT: MNE, livro 802, fl. 20)

10

F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira

Haia, 4 – Fevereiro – 1698

[.....]. A minha jornada determino fazer até 15 deste mez, premetindoo o tempo, que agora não dê lugar a se sahir hum passo desta corte, com as cerras de neve que tem imtupido as estradas e feito mais difficultoza a passage dos rios, cobrindo os gellos, não se podendo ver o forte e o fraco

pera se passar com cavalos e carrossas; porem, como os dias são ja mais crecidos, espero que de hum pera outro se ponha em termos que eu me possa pôr a caminho, e, sendo assim, ja na posta que vem poderei estar fora desta corte.

Aos Estados Geraes determino fazer huma memoria insignuadolhes (*sic*) a ordem que tive da Sua Magestade que Deos guarde pera passar à corte de Vienna, tendoa tambem pera me tornar a voltar logo a esta da Haya, pera continuar o mesmo ministerio, pedindolhes me comcervem a minha caza e criados que dexo nella com os mesmos indultos e privilegios [.....] [*fl.* 26v.].

(*Ibidem*, fl. 26v.)

11

F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira

Ratisbona, 1 – Abril – 1698

Senhor meu. As quexas com que sahi da Haya com o aballo do caminho se me agravaraõ tanto que quazi em todo o descurço delle tenho passado com febre, sendo-me preciso o determe em algumas cidades pera me valer do conselho dos medicos e dos seus remedios, e assim, com grande trabalho, cheguei a esta villa de Ratisbonna, de donde partirey amenhã pello Danubio, continuando a minha viagem athe à corte de Vienna. [.....] [*fl.* 29v.].

Nesta cidade achei que o Emperador aperssava cada dia mais a partida do seo Embaxador pera essa corte e que o Principe e Bispo de Passão, que estava nomiado, se escuzava de fazer huma tão larga jornada, porem ainda se lhe não tinha asseitado. [...] [*fl.* 30v.].

(*Ibidem*, fls. 29v.-30v.)

12

F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira

Viena, 9 – Abril – 1698

[...]. Fico advertido no que S. Magestade que Deos guarde me ordena responda aos ministros que me falarem na incluzão da paz e me persuado será mais precisa esta reposta nesta corte que ainda na da Haya, porque supponho seraõ aqui mais ciozos de que a França nos tome tanto por sua conta.

Eu cheguei aqui a sinco do corrente e dentro deste (*sic*) poucos dias me tenho empregado a tirar todas as informaçoins dos uzos que aqui ha e se observaõ com os ministros de testas coroadas que são do meu carather [.....]; e tanto que me certificar desta materia e de outras consernentes a esta funçaõ, pedirey audiencia [*fl. 31*] de S. S. Magestades Imperiaes e procurarey executar em tudo as ordens de El Rey nosso senhor. [...] [*fl. 31v.*].

(*Ibidem*, fls. 31.-31v.)

13

F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira

Viena, 19 – Abril – 1698

[.....]. Quinta feira, 17 do corrente, mandei a copia da carta credencial ao camareiro mor do Emperador, a pedirlhe audiencia na forma costumada, e como S. Magestade Imperial sahyo hontem à caça, adonde dizem passará todo o dia de hoje, supponho ficava pera quando estiver mais descansado deste dezemfado. No mesmo dia espero ter audiencia de Sua Magestade a Imperatrix e de El Rey dos Romanos; de tudo avizarei a V. Senhoria pera o fazer presente a S. Magestade.

Ainda que os ministros do meu character não façãõ nesta corte emtrada,

como em todas as outras, pera o que eu tinha feito bastante despeza com as minhas equipagens, mandando aqui huma boa carrossa e trazendo comigo outra e 10 cavallos, 6 gentis homens, [fl. 38v.] 2 pagens, 2 cocheiros, 12 lacaios e 2 negros vestidos à turca, como aqui se custuma, a libré dos lacaios cuberta de galoes e as dos pages de galoes de ouro, e tudo o mais a esta porproção (*sic*), compondoce aqui a minha caza de 25 pessoas, não sinto o haver disposto tudo nesta forma, antes me achara embaraçado se o não houvece feito, porque esta corte he muy seria (?) e magnifica, cheia de princepes e de grandes pessoas, alem dos ministros estrangeiros, tendo estes ordinariamente o lugar e a acitação (*sic*) conforme o fausto, havendo de mais a rezaõ de não terem vindo aqui ha muitos tempos ministros de Portugal e dezejar eu mostrar, em tudo, que o sou de El Rey nosso senhor. [...]. [fl. 39].

(*Ibidem*, fls. 38v.-39)

14

F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira

Viena, 3 – Maio – 1698

Copia de carta do serviço de S. Magestade escrita em Vienna, 3 de Mayo de 1698.

Recebi nesta posta duas cartas de V. Senioria, sendo huma dellas em sifra e ambas de 11 de Março; de huma dellas vejo a ordem que S. Magestade que [fl. 39] Deus guarde me manda pera que eu torne a voltar o mais depreça que for possivel à corte da Haya, e assim eu o precuro, pera que, sem a menor dilação, possa hir acistir aos negocios que a conjuntura pode trazer a Hollanda.

Tive audiencia de S. Magestade Imperial a 20 do passado e me recebeo com todo o agrado e benevolencia. Eu lhe fis grandissimas expreçois do

grande sentimento que S. Magestade tivera no fatal accidente do Marquês de Arronches, seu Embaxador nesta corte, podendo imputarcelhe hum semelhante crime, trocando este successo o effeito com que S. Magestade o havia mandado, emtendendo da sua pessoa se podece fazer tam grato que segurace melhor a S. Magestade Imperial o sincero animo e affecto d'El Rey nosso senhor pera estabelecer a mais firme amizade, devendo contribuir mais às boas intiligencias os estreitos vinculos da aliança; e que S. Magestade fora servido mandarme não sô pera significarlhe o seu pezar, mas pera lhe agradecer juntamente as atenções que tivera com a sua caza e familia, pera livrala dos insultos populares, nacidos de hum corpo que não conhece as immunidades devidas ao direito das gentes; e que o Marquês de Arronches estava ainda tanto na indignação de S. Magestade como se provava por todos os actos de justiça que se haviaõ promulgado contra elle, e que, assim, podia S. Magestade Imperial estar certo que El Rey nosso senhor, como monarca de tanta justiça, não hade faltar a tudo o que for igualdade della, e me vali de outras rezõis que pedia o descurço, segurandolhe sempre o quanto El Rey nosso senhor dezejava cultivar huma sincera amizade e boa correspondencia entre as duas monarchias.

O Emperador me respondeo com muita eloquencia, agradecendo muyto a atenção com que S. Magestade reparava nas expreções do seu sentimento o dilitto imputado ao seu Embaxador e que S. Magestade hera de tanta justiça que, pelo mesmo amor della, não duvidava executace tudo o que ella pedice, e que elle ficava muy obrigado às atenções [fl. 39v.] de S. Magestade, cheias de tanto affecto, de que elle hera tambem merecedor, pela veneração que fazia particular de hum tam bom Irmaõ e Primo, e que tambem não haveria ocaziaõ em que elle não testemunhace o seu verdadeiro affecto na segurança da sua boa, firme e constante amizade; e no fin acrecentou algumas expreções pera honrarme, nacidadas somente do seu real animo. E alguns dias despois me dice o Conde de Caunits que o Emperador estava com grande sactisfação das expreções que eu lhe havia feito da parte de S. Magestade e que mo dizia por elle lho haver mesmo ditto.

No mesmo dia 20 de M.^{co} (*sic*) tive audiencia de S. Magestade a Imperatrix e lhe dice quazi o mesmo, acrescentando mais algumas expreçois do particular animo e vontade com que S. Magestade se achava pera com a sua real pessoa. Ella me respondeo com todas as demonstraçois de agrado e que estava certa das boas intençois de S. Magestade e da sua grande justiça e vertudes, e que assim todas as suas acçois haviaõ de corresponder às suas boas e reays calidades.

No dia seguinte tive audiencia d'El Rey dos Romanos e lhe expus a rezaõ pela qual S. Magestade fora servido mandarme seu Enviado extraordinario a S. Magestade Imperial e lhe acrecentei o amor e affecto com que S. Magestade venerava a sua real pessoa [...]. Elle me respondeo agradecendo o affecto que S. Magestade lhe significava e que este hera dividido à grande veneraçãõ que elle fazia da sua real pessoa.

Ao outro dia seguinte tive audiencia de Suas Altezas as Archiduquezas e lhes expus o quanto S. Magestade as venerava, naõ sô pellas suas pessoas, mas pelas suas esclarecidas vertudes e partes tam exemplares. A mais velha destas princezas me respondeo em nome [*fl.* 40] de todas o quanto estimavaõ este favor de S. Magestade [...].

Como naõ pude alcançar outras informaçois a respeito da audiencia do Archiduque que aquellas que participei a V. Senhoria o correio passado, e achei ser indispençavel o pedila, me rezolvi a mandar hum gentil-home ao Principe de Lichetestin, mordomo do Archiduque, dizendo-lhe que eu dezejava ter a honra de ter huma audiencia de S. A., pera insignuarlhe da parte de S. Magestade o amor e affecto que tinha pera a sua pessoa, porem que naõ sabia qual seria a forma da recepçãõ [.....].

Elle me mandou agradecer a confiança que eu fazia delle e que eu podia tambem estar certo que a nenhum outro ministro se havia de fazer mais do que a min se me havia de fazer [.....] [*fl.* 40v.]; pelo que me achei percizado de aceitar a audiencia, que foy a 26 de Abril, adonde fis a S. A. todas as expreçois da parte de S. Magestade propossianadas (*sic*) aos seus annos. Elle me respondeo com muito agrado a grande estimaçãõ que fazia daquella memoria de S. Magestade, por quem elle tinha huma grande

veneraçãõ. [.....] [fls. 41-42].

Eu faço a corte a S. Magestade, asim nas igrejas adonde vay como acistindo no seu palacio quando janta [...]. O que pude saber athe agora de S. Altezas Archiduquezas he a grandissima applicaçãõ [fl. 42] que tem aos Estados (*sic*), sendo a mais velha tam senhora das lingoas latina, italiana e franceza que as fala como se focem a propria, falando tambem o espanhol, ainda que com menos perfeiçãõ, e as mais princezas fasem os mesmos estudos conforme aos seus annos. [...] [fl. 42v].

[.....]. Todos estes ministros me perguntaõ a intençãõ com que S. Magestade levanta tropas. Eu lhes tenho respondido quazi nos mesmos termos que V. Senioria me adverte nesta sua carta em sifra e o mesmo Embaxador de Castella teve hum largo discurço comigo, dizendo que elles esperavãõ que nós os ajudacemos à sua comcervaçãõ individua da monarchia. Eu lhe respondi que S. Magestade estudava tanto comcer-[fl. 42v.]var o repouzo e o beneficio de seus vassallos que emtendia eu que tudo o que pudece contribuir a comcervar os seus Reynos com os frutos do socego não havia de faltar, pois tinha o seu real animo sempre livre pera o que hera mais justo e conveniente, porem que eu não sabia nada de positivo de que lhe poder segurar mais que as boas intençõis de S. Magestade. [.....] [fl. 43].

(*Ibidem*, fls. 39-43)

15

F. de Sousa Pacheco a Martim Monteiro

Viena, 3 – Maio – 1698

Copia de hum carta escrita de Viena a Martim Monteiro em 3 de Mayo de 1698.

Senhor meu. Antes de partir pera esta corte escrevi a V. M. e agora o

faço dezejando sempre mostrar a V. M. o dezejo que tenho das suas boas noticias.

Com a primeira noticia que o anno passado recebi de S. Magestade que Deos guarde em que me mandou passar a esta corte recebi huma carta de V. M. com duas da Raynha nossa senhora, huma pera o Emperador e outra pera S. M. a Emperatrix. Eu lhas entreguei fazendo da parte de S. M. as mais vivas expressois do sentimento que tivera no fatal accidente imputado ao Marquês de Arronches, havendo sido aquella embaxada pera renovar mais firme a amizade e boa correspondencia, e lhe exprecei juntamente o grande amor e veneração de S. Magestade pera com as suas reays pessoas.

O Emperador recebeu com o maior agrado a insignuação que lhe fis, dizendolhe (*sic*) o quanto a estimava, não sô pella estreita aliança que tinha com a Raynha nossa senhora, mas pelas suas esclarecidas e veneraveis vertudes. S. Magestade a Imperatrix recebo ainda com maior ternura as expreçois que lhe fis e me respondeo com outras igualmente affectuozas e Suas Magestades ficaram no sentimento que coubera à Raynha n. senhora em huma semelhante fatalidade, e me comsta estarem muy sactisfeitos de Sua Magestade me haver mandado a intimar lhe o seu pezar por hum successo de huma tal natureza e juntamente agradecerlhes as atençois que tiveram com toda a caza e familia do Embaxador.

Tambem tive audiencia de S. M. El Rey dos Romanos, de S. A. o Archiduque e de S. Altezas as Archiduquezas e a todos este Princepes exprecei da parte da Raynha n. senhora o grande amor e affecto que tinha pera com as suas pessoas, cheias de tantas vertudes e boas qualidades. S. A. a Archiduqueza fes huma particular estimação desta memoria da Raynha n. senhora e lhe dice o grande sentimento que tinha de não haver nunca podido ter a honra de ver huma Raynha que ella amava sobre todas, reconhecendo nella tantas vertudes como via estarem sempre presente na memoria de todos.

Todos os mais Princepes me fizeraõ grandes expreçois da estimação que faziaõ da Raynha n. senhora e do favor desta sua memoria. Estimarei

que S. Magestade se dê por bem servida do animo que eu tenho de tudo o que pode contribuir ao seu real agrado e V. M. me fará favor de exporlhe o que comtem esta carta, que será tambem de reposta à que V. M. me escreveo pela sua real ordem. Às de V. M. estou sempre com a maio (*sic*) vontade, a quem Deos guarde. &*

(*Ibidem*, fl. anexa, no fim do livro)

16

F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira

Viena, 17 – Maio – 1698

Copia de carta do serviço de S. Magestade em 17 de Mayo de 1698. Vienna.

Recebi nesta posta huma carta de V.Senhoria de 25 de Março e por ella vejo haver S. Magestade que Deos guarde sabido ja que eu estava taõ proximo a dar execuçaõ à jornada pera esta corte, e com os successivos correos [*fl.* 43] estarã ja com inteira noticia de tudo o que tenho passado nella. A jornada de S. S. Magestades Imperiaes e mais Principes pera a sua caza de campo de Laxemburg impedio o eu poder alcançar as audiencias de despedida que eu tenho pedido, porem me dizem a terey dentro de dous dias, pello que suponho poderei voltarme à Hollanda dentro de poucos, o que dezejo e solecito.

Eu fis nesta corte todas as assistencias que se podiaõ fazer a S. S. Magestades, assim nas igrejas, adonde vaõ todos os domingos e dias santos, como no seu proprio palácio. Agora, a Laxemburg, que saõ daqui quatro legoas, tenho hido muytas vezes, e tambem alguas com toda a corte à caça.

Todos me fazem muytas honras, que eu tambem procuro merecer, e

me asseguro todos a boa satisfaçã com que estaõ S. Magestades desta jornada que El Rey n. senhor foi servido mandarme, e da mesma maneira toda a corte mo persuade particularmente, e quizera que naõ houvesse açãõ minha que naõ fosse hum testemunho do quanto S. Magestade dezeja concervar huma firme amizade e boa inteligencia com S. Magestade Imperial, como o asseguro as estreitas allianças entre as duas monarchias.

Seguindo as ordens de S. Magestade, me informei se se havia pago a divida do jogo do Marquês de Arronches, pera que, quando naõ se houvesse feito esta satisfaçã, eu a fizesse, como S. Magestade foi servido ordenarme; porem, achei estar tudo satisfeito com grande promptidaõ, e assim e (*sic*) conhece toda a corte, como tambem de que eu trazia a ordem pera este pagamento no cazo que se houvesse faltado a elle.

Tirei todas as informaçoins possiveis de S. Altezas as Archiduquezas, como S. Magestade foi servido mandarme, naõ só do Conde de Brandeis, seu mordomo, com quem tenho muita intelligencia, mas com muitos cavalheros e damas em forma de converçaõ e achei que estas Princezas saõ de humas raras virtudes, medidas pellos seos annos, porque tem muitos estudos e liçaõ dos livros e da historia, e em cada anno fazem diante de S. Magestades huma re-[fl. 43v.]copilaçã de tudo o que aprenderaõ, e a primeira Archiduqueza a fes o anno passado diante dos primeiros officiais da corte e de alguns padres da Companhia [...]. A Senhora Archiduqueza Jozepha, que he a terceyra, tem onze annos, tem a mesma educaçã, he assás crecida pera a sua idade e tem bastante parecer. A Senhora Archiduqueza Madalegna, que he a quarta, dizem ter suma viveza de espirito, com a mesma applicaçã aos estudos, mas proporcionados à sua idade, que he de outo annos, tem tambem muito bom parecer; e todas muito bem feitas e de muito bom ar, sendo todas muito devotas e com hum modo modestissimo, e, dizem, com as condiçoins muy suaves. A que entre todas tem melhor parecer he a Senhora Archiduqueza Mariana, que he a 2ª. [.....].

(*Ibidem*, fls. 43-44)

F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira

Viena, 17 – Maio – 1698

Copia da carta escrita ao secretario de Estado em 17 de Mayo de 1698. A Vienna.

Senhor meu. Não he a conjuntura tam esteril de noticias como o fas parecer esta corte, pelo pouco que cuida nellas, amando mais qualquer ligeiro divirtimento que ouvir falar em negocio de mayor importancia, e assim muitos que tem officio de estarem informados de tudo desprezaõ esta obrigaçã por seguir o que lhe prepoem o gosto e naõ ao que os persuade o publico interesse.

Como a enfermidade d'El Rey de Castella teve melhora, a consternaçã passou totalmente [fl. 44] em descuydo, e ainda que S. Magestade Imperial mandou hum destes dias hum expresso a Hespanha e acabou de fechar os massos em huma das pequenas cazas que tem no meyo da campanha, de donde estava vendo a caça de volateria, este proprio estava pera partir por instantes, mas a ordinaria lentidaõ com que aqui se rezolve tudo fas que se naõ delibere em nada, aonde às vezes a mesma prontidaõ he o mais efficaz e proprio remedio. [.....] [fl. 44v.].

(*Ibidem*, fls. 44-44v.)

F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira

Viena, 31 – Maio – 1698

Copia da carta escrita em Vienna de 31 de Mayo de 1698.

Recebi huma carta de V. Senhoria, de 9 de Abril, em reposta da primeira que lhe escrevi do caminho pera esta corte, adonde emtendi me ditivece menos do que a experiencia me tem mostrado, porque tudo se fas aqui com tal lentidaõ que não he possivel de se comseguir nada ainda pelo preso da mayor diligencia. Eu as tenho feito muy exactas assim pera ter as audiencias de despedida (as quaes tive terça feira que se comtaraõ 20 do corrente) como tambem pera haver a carta de S. Magestade Imperial, a qual não pude ategora alcançar, dizendoceme se me dê todos os dias, e ha muiõtos que estou aparelhado pera partir pera Hollanda sem o poder fazer, por falta deste despacho.

O Emperador me tornou a fazer muy vivas expressois da veneraçãõ que fas de S. Magestade que Deus guarde e do quanto comfiava da sua boa amizade e alianças pera toda a ocaziãõ que fosse do emterece de ambas as monarchias, e que havia muitos tempos que tinha nomeado Embaxador a Sua Magestade e que não puzera logo a sua jornada em execuçaõ por impedimentos particulares que o embaraçaraõ, porem que novamente tornara a nomear Embaxador, o qual partiria logo, e assim o poderia segurar da sua parte a Sua Magestade, com quem dezejava comcervar a [fl. 45v.] mais firme e constante amizade. S. Magestade a Imperatrix me disse na audiencia de despedida haverse nomeado o Embaxador e ser o mesmo Principe de Passao que se tinha nomeado a principio pera o mesmo ministerio, e sua irmã, a Condeça de Arack, me disse o espera aqui athe hoje.

S. Magestade a Imperatrix, Rey dos Romanos e mais Principes me insignuaraõ o amor e veneraçãõ que tinhaõ por Suas Magestades e que contribuiriaõ sempre em tudo que fosse possivel a lhes testemunhar com o

seu sincero animo e affecto a sua boa vontade e amor.

Eu lhe fis todas as expressoes da parte de S. Magestade devidas a suas reays pessoas, tornandolhes a assegurar o sentimento d'El Rey nosso senhor pelo crime imputado ao Marquês de Arronches, e a min me consta estar S. Magestade Imperial muito sactisfeito desta satisfação que S. Magestade foi servido mandarlhe, o que he tambem constante a toda a corte.

O Emperador me mandou logo, pelo seu camareiro mor, o seu retrato guarnecido de diamantes, havendo maior pontualidade nesta sua lembrança e honra que a se me entregarem os despachos que são percizo (*sic*) pera me poder voltar a Haya; se me derem hoje esta carta, partirei amanhã. [...] [*fl.* 46].

[...]. O Embaxador de Espanha me dice aconcelhara o Emperador de escrever ao Duque de Molles, que de Embaxador de Castella em Veneza passa a essa corte, recomendandolhe o cuidado que devia entrepor no seu ministerio de Portugal, precurando a toda a diligencia comcervar huma boa amizade entre as cortes de Lisboa e Madrid, e que confiava da sua boa direcção terem felix effeito os interesses da Caza de Austria, e que o Emperador lhe escreveu huma carta na mesma forma, a qual elle havia visto. [...] [*fl.* 46v.].

(*Ibidem*, fls. 45v.-46v.)

19

F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira

Haia, 19 – Agosto – 1698

[.....]. O Bispo de Passau ainda neste correio tive noticia estava em Vienna e me escreviaõ com o reparo de se lhe não dar ordens, havendoo chamado pera se lhe darem com pressa, mas os vagares naquella corte são taõ naturais que sempre a pressa parecerá milagre ou violencia, e

como o Inverno se chega mais sedo por estas partes, duvido que antes da Primavera possa emprender a jornada.

(*Ibidem*, fl. 61v.)

20

F. de Sousa Pacheco a M. de Foios Pereira

Haia, 3 – Março – 1699

[.....]. O Conde de Valstein, de que no correio passado escrevi poderia passar a essa corte em calidade de Embaxador extraordinario de S. Magestade I., está ja nomeado e me diceraõ estes ministros que aqui estaõ do Imperio que elle se poria a caminho passada a selebridade do cazamento de El Rey dos Romanos, e que hirã direito a essa [fl. 104v.] corte sem fazer a volta de Roma, tão contraria à sua jornada, como se dice. [...].

(*Ibidem*, fls. 104v.-105)